

Justiça de SP autoriza tirar moradores de encostas



Valdirene Bruno Santos, moradora da Barra do Sahy, procura objetos cobertos pela lama dentro da casa dela Bruno Santos/Folhapress

Justiça autoriza retirar à força pessoas que estão em áreas de risco

Gestão Tarcísio consegue liminar que permite agir caso morador não queira deixar a casa em São Sebastião

Samuel Fernandes

SÃO PAULO A Justiça de Caraguatatuba concedeu nesta quarta-feira (22) uma liminar (decisão provisória) que permite a remoção compulsória de pessoas que vivem em áreas de risco em São Sebastião, cidade fortemente afetada pelo temporal que atingiu o litoral paulista entre sábado (18) e domingo (19).

O pedido foi feito pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo e pelo município de São Sebastião.

Em nota, o Governo de São Paulo afirmou que a medida judicial tem "caráter preventivo e provisório, devendo cessar tão logo a situação climática esteja favorável".

A liminar é restrita a pessoas que não desejam deixar suas casas, mas que residem em locais com risco de deslizamentos ou desastres.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), já havia dito nesta quarta que o governo estadual havia entrado com o pedido na Justiça.

"Ontem [terça] à noite nós ingressamos com uma ação na Justiça [...] para fazer, em último caso, a remoção contra a vontade das pessoas que estão em residência em áreas de risco", afirmou o governador.

Na decisão, o juiz Paulo Guilherme de Faria, da vara de Caraguatatuba, considerou

que o "desastre em andamento" no litoral paulista justifica a flexibilização do direito à moradia diante dos direitos à vida, à saúde e à segurança dos moradores de áreas de risco.

"A medida aqui determinada tem caráter preventivo e provisório, devendo cessar tão logo a situação climática esteja favorável. Ademais, ela deve ser usada como última ferramenta e aplicada apenas em face daquele que, estando em situação de risco real, se recusa a deixar sua residência", diz a decisão.

O juiz também diz que os governantes devem garantir a "dignidade aos moradores que serão retirados de suas casas" e "amparar os evacuados com alimentação e tratamento adequados, devendo o mesmo ser feito em relação a animais de estimação de propriedade destas pessoas".

Tarcísio disse a jornalistas que é difícil convencer alguns moradores a deixarem suas casas, mesmo que saibam do risco que correm.

"Imagina o seguinte: quem não tem nada, construiu aquela casa com sacrifício, a pessoa se apega àquela casa e não quer sair", exemplificou.

O governador reiterou que a medida de retirar pessoas de forma compulsória seria utilizada somente em último caso. O foco inicial é continuar com o trabalho de conven-

cimento para as pessoas deixarem suas casas de forma espontânea e irem a abrigos. "Obrigado é muito complicado", afirmou Tarcísio.

Ministro diz que 4 milhões vivem em regiões inseguras

Renato Machado

BRASÍLIA O ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, afirmou nesta quarta (22) que há 14 mil pontos com alto risco de deslizamentos de terra em todo o país, onde vivem um total de 4 milhões de pessoas.

Waldez Góes ainda criticou o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) por ter deixado um orçamento de apenas R\$ 25 mil para as ações de prevenção de desastres. No entanto, afirmou que "não vão faltar recursos" para as ações de resgate de vítimas e reconstrução das áreas atingidas pelas fortes chuvas no litoral norte de São Paulo.

O ministro Góes afirmou que o problema da ocupação das encostas vai ser enfrentado pelo governo com a construção de moradias populares, no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, e também com a recomposi-

ção orçamentária do programa PAC Encostas.

"Nós temos hoje no Brasil 14 mil pontos mapeados pelo governo federal, onde moram mais de 4 milhões de pessoas nesses pontos. Então foi providencial a retomada do Minha Casa Minha Vida, dos R\$ 10 bilhões liberados pelo presidente Lula e da orientação dele que propõe priorizar habitações de demandas dirigidas para diminuir as possibilidades de risco de moradia das pessoas", diz.

O ministro afirmou que o atual governo enfrentou problemas com o orçamento, sendo que a gestão Bolsonaro havia destinado só R\$ 25 mil para a ação em desastres. No entanto, houve uma recomposição do orçamento, com a aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Bolsa Família, ainda no ano passado.

Góes então afirmou que há cerca de R\$ 500 milhões disponíveis para essas ações. O governo federal já liberou R\$ 7 milhões para ações de defesa civil do município de São Sebastião, o mais atingido pelas chuvas. Os recursos para outras cidades serão liberados na medida em que os planos municipais chegarem ao governo federal, acrescentou.

"Os recursos continuam sendo o que estão na dotação orçamentária do ministério, não faltará orçamento, não faltarão recursos financeiros", afirmou o ministro, que acrescentou que Lula já orientou a liberação de novos recursos, caso seja necessário.

"E, se lá na frente, diante das situações que poderão ocorrer em outras regiões do país, tiver necessidade de uma medida provisória, o presidente Lula já disse isso desde o início (do mandato), autorizou a equipe econômica a tomar as providências", completou.

Góes ainda afirmou que o governo federal vai destacar unidades da Marinha para oferecer auxílio à região atingida pelas chuvas pelo mar.

